

# III CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROCESSO TRIBUTÁRIO

(TURMA N-3)

## INFORMAÇÕES GERAIS

### 1. IDENTIFICAÇÃO

**1.1 Curso:**

III CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU* (ESPECIALIZAÇÃO) EM PROCESSO TRIBUTÁRIO

**1.2 Centro/Deptº:**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (UFPE)

**1.3 Coordenadora do Curso:**

Dra. TEREZA CRISTINA TARRAGÔ SOUZA RODRIGUES

**1.4 Vice Coordenador do Curso:**

JOAQUIM LUSTOSA FILHO

**1.5 Tipo/Modalidade:**

PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU*

**1.6 Período previsto para realização do projeto (PREVISÃO)**

Início: Agosto/ 2018

Término: Agosto/ 2020

**1.7 Carga Horária:**

375 (trezentos e setenta e cinco) horas/aulas de disciplinas obrigatórias.

Terças, Quartas e Quintas – Quinzenal (SEMANAS ALTERNADAS)

(**PODENDO HAVER AULAS EM SEMANAS SEQUENCIAIS**)

**1.8 Horário:** 19 às 22 horas – Local: Rua do Hospício nº 371 – Bloco C 2º andar

Telefones: 81 – 3025.0039 / 81 – 98650.3783 (Oi) 81 – 99549-5453 (Tim)

### 2. JUSTIFICATIVAS

O aprofundamento da atuação na área processual tributária justifica-se ante um número crescente de embates travados entre o Fisco e o Contribuinte, seja na esfera administrativa, seja perante os órgãos judiciais. A proposta do Curso é oferecer embasamento teórico às várias questões processuais que decorrem de tais embates.

O universo ao qual se destina o Curso será formado tanto por profissionais da área jurídica (professores, técnicos, advogados, procuradores, magistrados e membros do ministério público), como por pessoas oriundas de outros campos, mas com o mesmo objetivo de aprofundar o conhecimento teórico-científico do direito processual tributário com vistas ao aprimoramento do nível de conhecimento, tanto na área do processo tributário em si, como também naquelas matérias que guardem relações com a respectiva área processual. Nesse diapasão, prioriza-se explicitar o embasamento teórico que recobre o processo tributário para, posteriormente, estudar a sua operacionalidade no contexto do ordenamento jurídico brasileiro, na percepção de que a relação jurídica tributária sofre influência de três distintas dimensões – material (estática), formal (dinâmica) e processual (crítica).

Em meio a esse desafio, o presente Curso, busca atender às necessidades e às tendências do mercado na obtenção de profissionais preparados, com maior destreza no manejo das providências jurídico-processuais, para maior segurança e justiça na administração do direito.

O programa está organizado em disciplinas que abordam assuntos relevantes como defesas e recursos na esfera administrativa, compensação, regimes especiais e medidas judiciais (mandado de segurança, anulatória, repetição de indébito, execução fiscal etc.).

Importante dado a ser salientado é o nível do corpo docente, todos de notório saber jurídico e devidamente qualificado no plano acadêmico-formal.

### **3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

a) Contribuir para a formação de estudiosos do Direito Processual Tributário, seja capacitando-os para o mercado de trabalho, seja permitindo-lhes melhor aproveitamento caso venham a ingressar, no futuro, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado);

b) promover uma atitude reflexiva sobre a aplicabilidade do Direito Processual Tributário dentro do Ordenamento Jurídico Brasileiro;

c) Desenvolver, outrossim, no aluno uma postura crítica fruto de sua própria linha de análise, obtida através do domínio da técnica processual tributária, e decorrente do aprofundamento dos estudos dirigidos e dos textos trabalhados.

d) preparar advogados e consultores jurídicos, para o embate de problemas ligados ao cotidiano da prática processual tributária, em um contexto de um elevado nível de conflitos no campo tributário e um grande número de processos em tramitação, seja na esfera administrativa, seja no âmbito do Poder Judiciário;

### **4. ESTRUTURA CURRICULAR**

#### **4.1 DISCIPLINAS:**

##### **1 – TEORIA GERAL DA TRIBUTAÇÃO**

Sistema constitucional tributário. O papel da constituição Federal e do Código Tributário Nacional em face do sistema constitucional tributário. Princípios constitucionais tributários. Imunidades. Competência tributária. Obrigação tributária e crédito.

##### **2 – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO**

Evolução do direito processual tributário. Princípios fundamentais do direito processual tributário, fontes e competência legislativa. A questão da desconsideração dos negócios jurídicos (parágrafo único do art. 116 do CTN) o Processo administrativo federal: aplicação conjugada do Decreto 70.235/72 e da LGPAF; Direitos e deveres dos administrados perante a Administração. O “procedimento de lançamento” e o processo administrativo fiscal federal. As fases de instauração, instrução e julgamento no processo administrativo federal. O processo administrativo estadual e municipal: dinâmica do processo – fundamentos e princípios. Fase do processo administrativo estadual e municipal.

##### **3 – METODOLOGIA DA PESQUISA**

Técnicas de pesquisa jurídica, métodos de pesquisa em direito; normas da ABNT; processos de referência bibliográfica; a citação; espécies de citação; normas para elaboração de monografias.

##### **4 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO**

Tributação e tutela jurisdicional. Os princípios constitucionais do processo judicial. As micro reformas do código de Processo civil e o Processo Tributário. As prerrogativas e as particularidades da Fazenda Pública em juízo

##### **5 – EXECUÇÃO FISCAL**

Regime do código de Processo Civil e da Lei de Execução fiscal. A responsabilidade dos sócios e administradores e o redirecionamento da execução fiscal. Competência e procedimento da execução fiscal. A defesa do executado.

## **6 – AÇÕES ORDINÁRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

Ação declaratória em matéria tributária: conceito, espécies, eficácia da sentença. Execução fiscal e ação declaratória. Ação anulatória em matéria tributária: conceito e natureza. Ação anulatória e declaratória fiscal – distinção. Ação anulatória e execução fiscal. Ação anulatória e embargos do devedor. Ação condenatória de repetição de indébito: conceito, objeto e causa de pedir. Fundamentos constitucionais e infraconstitucional. Repetição de indébito e compensação. Ação de consignação em pagamento do crédito tributário: limitações matérias e efeito do depósito. A ação de consignação em pagamento no CPC. A impossibilidade de consignação bancária. Relações jurídicas tributárias continuativas e consignatória. Os juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01) e o processo tributário. Competência. Partes. Ações que não podem ser manejadas do Juizado Especial. Cautelares e tutela antecipatória. Recursos e reexame necessário. Turmas Recursais.

Fundamentos constitucionais e infraconstitucional. Repetição de indébito e compensação. Ação de consignação em pagamento do crédito tributário: limitações matérias e efeito do depósito. A ação de consignação em pagamento no CPC. A impossibilidade de consignação bancária. Relações jurídicas tributárias continuativas e consignatória. Os juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01) e o processo tributário. Competência. Partes. Ações que não podem ser manejadas do Juizado Especial. Cautelares e tutela antecipatória. Recursos e reexame necessário. Turmas Recursais.

## **7 – MEDIDAS LIMINARES NO PROCESSO TRIBUTÁRIO**

O mandado de segurança em matéria tributária. Evolução histórica e constitucional do mandado de segurança. Os writs na Constituição atual. Conceito, natureza e regime jurídico do Mandado de segurança. A liminar no mandado de segurança em matéria tributária. Efeitos da sentença no Mandado de segurança. Ação cautelar inominada em matéria tributária: requisitos, natureza jurídica da liminar em ação cautelar. A liminar em ação cautelar e as vedações de liminares contra o Poder Público. A antecipação da tutela em matéria tributária. Requisitos para a concessão. A medida cautelar fiscal. As modificações da Lei no. 9.532/97. O arrolamento e o bloqueio dos bens. Aspectos jurisprudenciais da medida cautelar fiscal.

## **8 – AÇÕES COLETIVAS E AÇÕES DIRETAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ações coletivas em matéria tributária: ação popular; ação civil pública e a vedação da sua utilização em matéria tributária; o mandado de segurança coletivo em matéria tributária. As alterações promovidas pela Medida Provisória no. 2.180-35/01 no âmbito das ações coletivas. As ações diretas perante o Supremo Tribunal Federal (ADIn, ADO e ADC;): regime jurídico, aspectos processuais e procedimentais das ações diretas. A medida cautelar nas ações diretas.

## **9 – SEMINÁRIOS**

Debate e problematização da matéria Temas de Direito Processual Tributário.

## **10 – EFICÁCIA DA COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

Alcance da coisa julgada nas lides tributárias. A Súmula 239 do STF. Ação rescisória em matéria tributária. Posições doutrinárias sobre a ação rescisória em matéria tributária. Análise pretoriana

## **11 – DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR**

Análise dos aspectos conceituais e operacionais acerca do magistério no ensino superior.

## **12 – ACESSIBILIDADE ÀS VIAS EXTRAORDINÁRIAS: REPETITIVIDADE DE RECURSOS ESPECIAIS E REPERCUSSÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

O recurso especial e extraordinário em matéria tributária. Hipóteses de cabimento. Pressupostos. Aspectos procedimentais dos recursos excepcionais. Análise dos principais julgados, em matéria tributária, sob a sistemática dos artigos 543-B e 543-c do CPC;

## **13 – Temas de Processo Tributário**

Palestras abordando temas sob viés prático e dinâmico embasado na teoria jurídica e em decisões dos órgãos superiores.

## 4.2 CARGA HORÁRIA TOTAL: 375 h/a

Disciplinas	Docentes/Titulação
01 - TEORIA GERAL DA TRIBUTAÇÃO	Raymundo Juliano Rego Feitosa/Doutor Luciana Grassano de Gouvêa Mélo/Doutora
02 - TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	Giovanni Christian Nunes Campos/Mestre José André Wanderley Dantas de Oliveira/ Doutor Roberto Gomes de Albuquerque Melo Júnior/Mestre
03 - METODOLOGIA DA PESQUISA	Lívia Dias Barros/Mestre
04 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	Leonardo José Ribeiro Coutinho Berardo Carneiro da Cunha/Doutor
05 - EXECUÇÃO FISCAL	Joaquim Lustosa Filho/Mestre
06 - AÇÕES ORDINÁRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	Murilo Teixeira Avelino/Mestre Sergio Torres Teixeira/Doutor
07 - MEDIDAS LIMINARES NO PROCESSO TRIBUTÁRIO	Eric Moraes de Castro e Silva/Doutor
08 - AÇÕES COLETIVAS E AÇÕES DIRETAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	Wellington Cabral Saraiva/Mestre
09 - EFICÁCIA DA COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	Tereza Cristina Tarragô Souza Rodrigues/Doutora
10 - DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR	Lívia Dias Barros/Mestre
11 - ACESSIBILIDADE ÀS VIAS EXTRAORDINÁRIAS: REPETITIVIDADE DE RECURSOS ESPECIAIS E REPERCUSSÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	Tereza Cristina Tarragô Souza Rodrigues/Doutora
12 - TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	Marcos Antônio Rios da Nóbrega/Doutor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti/Doutor Edilson Pereira Nobre Júnior/Doutor
13 – SEMINÁRIOS	Tereza Cristina Tarragô Souza Rodrigues/Doutora

## 5. METODOLOGIA DO CURSO

Aulas, conferências, orientações e seminários.

Através de aulas expositivas e seminários, os professores e alunos participarão intensamente de discussões científicas acerca de temas atuais no campo sócio-jurídico, almejando criar uma consciência crítica em relação aos instrumentos jurídicos para então permitir uma aproximação entre o conhecimento teórico e a operação prática dos mesmos institutos.

## 6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO EM CADA DISCIPLINA

A forma de avaliação dos alunos em cada disciplina será a de elaboração/apresentação de trabalho monográfico, podendo também, a critérios dos professores, serem aplicadas provas escritas ou orais e seminários.

Na respectiva qualificação, será exigida como condição de aprovação uma nota de avaliação de no mínima 7 (sete).

Em se tratando de avaliação por meio trabalho monográfico, poderá o professor da disciplina, a seu critério, conceder ao aluno oportunidade para refazer o trabalho considerado como insuficiente ou incompleto.

O aluno poderá requerer mediante petição escrita e fundamentada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação das notas, revisão da nota atribuída na sua avaliação, cabendo ao professor que realizou a primeira avaliação proceder ao reexame nos termos solicitados pelo requerente.

No prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do resultado da revisão, quando persiste a insatisfação do aluno, poderá este requerer nova avaliação, a ser realizada por um colegiado constituído por três outros professores do Curso, indicados pela Coordenação.

## 7.FREQUÊNCIA MÍNIMA

Será igualmente exigido como requisito de aproveitamento, a frequência a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das aulas de cada disciplina.

Qualquer requerimento de abono de falta deve ser dirigido à Coordenação do Curso, em petição devidamente fundamentada, para ser apreciada à luz das normas regulamentares pertinentes à matéria.

## 8. MONOGRAFIA FINAL

Para a conclusão do Curso e obtenção do título acadêmico de Especialista, será exigido do aluno a apresentação de uma monografia final, no prazo de noventa dias após o término das aulas do Curso, tendo no mínimo 40 (quarenta laudas) e observando as regras da ABNT e as diretrizes estabelecidas pela Coordenação do Curso, a ser avaliada por banca examinadora composta por três professores, sendo necessário para aprovação uma nota de avaliação mínima de 7 (sete).

## 9. CUSTO

O investimento total será de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

INSCRIÇÃO: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - Depósito em conta- corrente

MATRÍCULA: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - Pagamento em boleto bancário

Pagamento em até 19 mensalidades de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. Pagamento em boleto bancário

Pagamento a vista terá um desconto de 10% nas mensalidades

Forma de Pagamento: BOLETO BANCÁRIO

## 10. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INSCRIÇÃO:

1. Ficha de Inscrição Preenchida;
2. Histórico Acadêmico - **01 (uma) cópia AUTENTICADA;**
3. Comprovante de Curso superior em qualquer área do conhecimento em curso reconhecido pelo MEC - **diploma ou certificado** de 3º grau completo - **02 (duas) cópias AUTENTICADAS;**
4. Identidade (RG ou OAB) (não pode ser habilitação) - **02 (duas) cópias AUTENTICADAS;**
5. CPF - **01 (uma) cópia;**
6. 02 fotos 3x4 (atual/recente);
7. Curriculum Vitae – Profissional - **(COMPROVADO);**
8. Comprovante do Pagamento da Taxa de Inscrição.
9. Comprovante de Residência (deve conter o CEP)

Recife, Junho de 2018.

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA SELEÇÃO - ANO 2018.**  
(PREENCHER EM LETRA DE FORMA LEGÍVEL)

**FOTO**

INSCRIÇÃO Nº

Nome Completo \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_ Naturalidade \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, Data Exp. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Título Eleitor \_\_\_\_\_ Zona \_\_\_\_\_ Seção \_\_\_\_\_ OAB- \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

**Endereço Residencial:** \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**Endereço Profissional:** \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_, Função: \_\_\_\_\_

**Fone residencial** ( ) \_\_\_\_\_ **Fone Trabalho**( ) \_\_\_\_\_

Cel( ) \_\_\_\_\_ Operadora \_\_\_\_\_ Cel( ) \_\_\_\_\_ Operadora \_\_\_\_\_ Cel( ) \_\_\_\_\_ Operadora \_\_\_\_\_

E-mails: \_\_\_\_\_ WhatsApp( ) \_\_\_\_\_ vem requerer a

V.Sa. inscrição na Seleção do curso \_\_\_\_\_ juntando a este os documentos exigidos:

1. ( ) Ficha de Inscrição (assinada)
2. ( ) Histórico Acadêmico (1 cópia **AUTENTICADA**)
3. ( ) Comprovante de Curso de Graduação - Qualquer Área de Conhecimento em Curso Reconhecido pelo MEC (**Diploma ou Certificado de 3º Grau Completo com data de colação**) ( 2 cópias **AUTENTICADAS**)
4. ( ) RG ou OAB (2 cópias Frente e Verso **AUTENTICADAS**) ( **não pode ser habilitação**)
5. ( ) CPF (1 cópia)
6. ( ) 02 Fotos 3 x 4 (atual/recente)
7. ( ) Curriculum Vitae (Profissional) (**COMPROVADO**)
8. ( ) Comprovante de Residência (deve conter o CEP)
9. ( ) Comprovante do Pagamento da Taxa de Inscrição

Nestes Termos  
Pede Deferimento

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente ou seu representante

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

**III Curso *Lato Sensu* (Especialização) em Processo Tributário – 2018**

Nº

Local e data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Funcionário